

## ANEXO 4 E 5

### ESTUDO JURÍDICO-INSTITUCIONAL E RELATÓRIO FINAL

**Compreende o diagnóstico jurídico-institucional, com a indicação das normas aplicáveis, do regime jurídico e modelo de concessão a ser realizado, matriz de riscos bem como redação de minutas de edital de licitação e contrato de concessão para o Projeto.**

1. Introdução .....	2
2. Marco Regulatório.....	3
3. Considerações Iniciais.....	4
3.1. Natureza Jurídica dos serviços.....	4
3.2. Titularidade dos Serviços Públicos .....	6
4. Alternativas de Modelagem Jurídica .....	7
4.1. Concessão Patrocinada .....	7
4.2. Concessão Administrativa .....	10
4.3. Execução pelo regime da Lei Federal n.º 8.666/93 .....	12
4.4. Concessão Comum.....	13
5. Modelagem Jurídica do Projeto .....	17
5.1. Natureza dos serviços.....	17
5.2. Escolha do melhor modelo contratual aplicável ao Projeto.....	17
6. Requisitos Legais para a Concessão .....	19
6.1. A existência de estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica.....	20
6.2. Realização de licitação e assinatura de contrato de concessão .....	20
7. Matriz de Risco .....	21
8. Aspectos ambientais, regulatórios e fiscais .....	24
9. Conclusão .....	26

## 1. Introdução

O **Município de Victor Graeff**, Estado do Rio Grande do Sul, com fundamento no Decreto Federal nº 8.428/2015, Leis Federal n.sº 8.987/1995, 11.079/2004 e 9.074/1995, instaurou o Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI – **Edital de Chamamento Público nº 051/2019**, tendo por objeto a elaboração de estudos de viabilidade técnica, operacional, institucional, ambiental, legal, econômico-financeira e jurídica, contendo os suficientes levantamentos, investigações, dados, informações técnicas, projetos e pareceres, incluindo a viabilização da captação de recursos voltados à elaboração de estudos referentes à concessão para a instalação de postes multiusos, com a consequente valorização do espaço urbano municipal. no âmbito do Município.

Em decorrência da instauração do PMI, a empresa DT BRASIL GESTÃO DE BENS PRÓPRIOS LTDA. (“DT BRASIL”), apresentou pedido de autorização para elaboração de referidos estudos, sendo esse concedido pelo Município de Victor Graeff – RS.

O escopo dos estudos consiste na análise de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da concessão de espaços públicos urbanos para a implantação de postes multiuso na área territorial do Município de Victor Graeff – RS, compreendendo a execução das atividades de elaboração de projeto, construção, implantação de equipamentos e manutenção dos postes multiusos e seus equipamentos, com a posterior exploração dos espaços nestes postes para, dentre outras, expansão da rede de telecomunicações em telefonia móvel ou similares, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras no âmbito do Município de Victor Graeff – RS.

O presente parecer tem por objetivo demonstrar a viabilidade jurídica, bem como o modelo jurídico adequado para viabilizar a delegação dos serviços públicos de implantação dos postes multiusos no Município de Victor Graeff – RS (“Projeto”).

## 2. Marco Regulatório

A análise jurídica do modelo de contratação mais adequado à viabilização do Projeto, tomou por base o marco regulatório aplicável ao setor de saneamento básico, exposto abaixo:

Assunto	Marco Regulatório	Disciplina
<b>Rede de Telecomunicações</b>	Art. 30, V da Constituição Federal	Estabelece a competência dos Municípios para organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local
	Lei Federal n.º 9.472/97	Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
	Lei Federal n.º 13.116/15	Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações
<b>Concessão de Serviços Públicos</b>	Art. 175 da Constituição Federal	Estabelece a possibilidade de delegação da prestação de serviços públicos.
	Art. 6º, inciso I e X, e Art. 36, inciso I da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Victor Graeff – RS	Estabelece a competência privativa do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
	Art. 7º e Art. 8º da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Victor Graeff – RS	Estabelece que os bens imóveis que pertencem ao Município somente poderão ser utilizados por terceiros mediante concessão ou permissão, efetivada com a autorização da Câmara Municipal.

	Lei Federal n.º 8.987/95	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
	Lei Federal n.º 9.074/95	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.
<b>Licitações</b>	Lei Federal n.º 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

### 3. Considerações Iniciais

#### 3.1. Natureza Jurídica dos serviços de infraestrutura de telecomunicações

Celso Antonio Bandeira de Mello, conceitua serviço público como sendo: “(...) *toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob um regime de Direito Público – portanto, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais -, instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo.*”<sup>1</sup>

Maria Sylvia Zanella Di Pietro sintetiza que “(...) *seriam serviços públicos, por exemplo, o de água, o de transportes, o de telecomunicações, o de energia elétrica, pois estes são fruíveis diretamente pelos administrados.*”<sup>2</sup>

Destarte, os serviços de telecomunicações e todas as suas estruturas podem ser considerados como serviço público, uma vez que a sua utilidade pode ser fruída individualmente pelos usuários, no âmbito de um regime de direito público, o que permite a cobrança de tarifas.

A Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9.472/97, em seu art. 2º dispõe que o Poder Público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) tem o dever de: ***I- garantir, a***

<sup>1</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. SP: Malheiros Editores, 2009.

<sup>2</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

*toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas; II - estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em benefício da população brasileira.*

Neste sentido, União, Estados, Distrito Federal e Municípios são atores fundamentais, sendo-lhes obrigatório a utilização de meios para garantir, por meio de políticas públicas, o acesso às redes de telecomunicações determinado pela Lei nº 9.472/97.

Vale ressaltar, ainda, que a Lei nº 9.472/97, por meio de norma programática, estabelece um programa de princípios que deverão ser observados pela legislação em questão, dentre eles a **função social da propriedade**, a liberdade de iniciativa, a livre concorrência, **redução das desigualdades regionais e sociais**.

Assim, quando se fala em **função social da propriedade**, entende-se que seu uso deverá estar voltado para o atendimento do **interesse público**, agregando e somando-se às atividades públicas de desenvolvimento e eficácia urbana, incluindo-se, portanto, no rol de propriedades cuja função social deve ser observada, aquelas **pertencentes e afetas ao patrimônio público**.

A **redução das desigualdades regionais e sociais** é outra premissa que deve ser observada nas políticas públicas de expansão das redes telecomunicações, sendo este um fator de desenvolvimento e de integração de todos os Municípios, estando, inclusive, expresso no programa das Leis Orgânicas dos Municípios e constantes em seus Planos Diretores.

Em atendimento a este programa, foi elaborada a Lei Federal nº 13.116/2015, estabelecendo normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, cuja finalidade precípua é estabelecer normas gerais aplicáveis ao processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, com o propósito de torná-lo compatível com o desenvolvimento socioeconômico do País<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais aplicáveis ao processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações, com o propósito de torná-lo compatível com o desenvolvimento socioeconômico do País.

Além disso, tem a referida lei o escopo de promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, principalmente à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados<sup>4</sup>.

Assim sendo, não restam dúvidas quanto à caracterização dos serviços de implantação de infraestrutura de telecomunicações como serviço público, aspecto este de fundamental importância para a definição do modelo contratual do Projeto.

### 3.2. Titularidade dos Serviços Públicos

O art. 23, inciso V da Constituição Federal estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação.

O art. 30, inciso V da Constituição Federal estabelece que compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

No mesmo sentido, os incisos I, VII, X e XXV do artigo 6º da Lei Orgânica Municipal de Victor Graeff – RS, a seguir transcritos:

*“Art. 13 – Compete privativamente ao Município:*

*I – legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

*VII - organizar e prestar, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, entre outros os seguintes serviços:*

*a) transporte coletivo urbano intramunicipal, que terá caráter essencial;*

*b) abastecimento de água e esgotos sanitários;*

<sup>4</sup> Art. 2º O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:

I - à uniformização, simplificação e celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças pelos órgãos competentes;

II - à minimização dos impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais;

III - à ampliação da capacidade instalada de redes de telecomunicações, tendo em vista a atualização tecnológica e a melhoria da cobertura e da qualidade dos serviços prestados;

IV - à precaução contra os efeitos da emissão de radiação não ionizante, de acordo com os parâmetros definidos em lei; e

V - ao incentivo ao compartilhamento de infraestrutura de redes de telecomunicações.



*c) mercados, feiras e matadouros locais;*

*d) cemitérios e serviços inerentes;*

*e) iluminação pública;*

*f) limpeza pública, coleta de resíduos urbanos, hospitalares e industriais que progressivamente serão objeto de reciclagem;*

*(...)*

*X - promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;*

*XXV - dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens;*

Desta forma, constituindo que os serviços de expansão da rede de telecomunicações também é um serviço público de interesse local, compete ao Município de Victor Graeff-RS, promover a sua organização através da disponibilização de áreas públicas para a expansão da rede instalada, fazendo-o por meio de prestação direta ou sob regime de concessão.

#### **4. Alternativas de Modelagem Jurídica**

Uma vez assentada a natureza dos serviços e a titularidade do Município de Victor Graeff – RS para delegá-lo, cumpre-nos analisar as possíveis alternativas para estruturação jurídica do Projeto.

O primeiro aspecto a ser avaliado consiste na análise dos modelos de contratação administrativa (instrumentos públicos) atualmente vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, bem assim na sua respectiva aplicabilidade ao Projeto em estudo.

Neste ponto, serão apresentados os possíveis modelos, para, ao final, verificar aquele que apresenta melhor enquadramento às necessidades do Município de Victor Graeff – RS. As modalidades de contratação a serem estudadas são: concessão patrocinada, concessão administrativa, contratação sob o regime da Lei Federal n.º 8.666/93 e concessão comum.

##### **4.1. Concessão Patrocinada**

A concessão patrocinada é uma das modalidades de Parceria Público-Privada (PPP). As PPP's, regidas pela Lei Federal n.º 11.079/04 (e demais normas correlatas), consistem em

contratos de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, que objetivam a mútua colaboração entre a Administração Pública e entes privados.

Na modalidade concessão patrocinada, o concessionário fica encarregado pela prestação dos serviços, execução das atividades, operação e gestão de infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos de interesse público, dentre outras situações, sendo remunerado de acordo com o seu desempenho.

A concessão patrocinada consiste em modelo que, conforme a própria denominação sugere, depende de subsídio financeiro, por parte da Administração Pública, em relação à parcela do serviço a ser prestado e/ou da obra pública a ser executada, cabendo ao particular arcar com o restante dos custos, mediante a cobrança de tarifa dos usuários desses serviços/obras.

É o que ocorre, por exemplo, em um contrato de concessão rodoviária em que o pedágio não é suficiente para cobrir os custos e a amortização dos investimentos despendidos pelo concessionário, de modo que faz-se necessário o pagamento de contraprestação pecuniária mensal ao privado pelo parceiro público para viabilizar o projeto. A concessão patrocinada, cujo fundamento legal decorre do artigo 175, da Constituição Federal, encontra-se definida no artigo 2.º, § 1.º, da Lei Federal n.º 11.079/04, que assim dispõe:

*“Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

*§ 1.º. Concessão patrocinada é a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.”*

Tal qual ocorre na concessão comum, como será detalhado no tópico específico, um dos conceitos centrais da concessão patrocinada está justamente na expressão “serviços públicos”, composta de dois principais elementos, a saber: (i) prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados, e (ii) prestação em regime de Direito Público.

Importante repetir que, para a caracterização de uma PPP patrocinada, é imprescindível que os investimentos relacionados à execução das obras e/ou dos serviços públicos não



sejam financiáveis exclusivamente por meio da cobrança de tarifas dos usuários, dada a necessidade de envolvimento de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Para a celebração de um contrato de concessão patrocinada, o seu objeto deverá ser licitado por meio de uma concorrência, a ser realizada nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 8.987/95, podendo-se adotar como critério para a seleção do futuro concessionário, além daqueles previstos no artigo 15<sup>5</sup>, incisos I a V2, da Lei Federal n.º 8.987/95, os seguintes: (i) menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública (artigo 12, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal n.º 8.987/95), ou (ii) combinação do critério da menor contraprestação da Administração Pública com o critério de análise técnica (artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal n.º 11.079/04).

Nas concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública, a Lei Federal n.º 11.079/04 traz, como requisito prévio à licitação, a necessidade de obtenção de autorização legislativa específica para a contratação.

Ademais, independentemente da modalidade adotada, a contratação de uma PPP exige a observância de requisitos mínimos no que tange ao seu prazo, valor e objeto, consoante disposições da Lei Federal n.º 11.079/04.

Nesse sentido, a lei supramencionada estabelece que as PPP's devem ser contratadas por prazo compatível com a amortização dos investimentos previstos, sendo o seu termo mínimo de vigência de 05 (cinco) anos, e o respectivo prazo máximo não superior a 35 (trinta e cinco) anos (incluindo eventual prorrogação).

Adicionalmente, a Lei Federal n.º 11.079/04 traz como valor mínimo do contrato de PPP o montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Reais), sendo vedada a formalização

<sup>5</sup> “Art. 15. No julgamento da licitação será considerado um dos seguintes critérios:

I - o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado;

II - a maior oferta, nos casos de pagamento ao poder concedente pela outorga da concessão;

III - a combinação, dois a dois, dos critérios referidos nos incisos I, II e VII;

IV - melhor proposta técnica, com preço fixado no edital;

V - melhor proposta em razão da combinação dos critérios de menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado com o de melhor técnica.”



de PPP que tenha por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Além da necessidade de contraprestação pecuniária por parte da Administração Pública, bem assim da observância do prazo e dos valores mínimos de contratação, as PPP's afastam-se da concessão comum na medida em que o parceiro privado não presta o serviço ou executa a obra pública por sua conta e risco, havendo uma repartição objetiva dos riscos com a Administração Pública.

Considerando o vulto dos investimentos necessários para a implantação de uma PPP, a Lei Federal n.º 11.079/04 previu, em seu artigo 8.º, além das garantias de execução do contrato pelo parceiro privado, um forte mecanismo de garantias a serem prestadas pelo parceiro público, incluindo a possibilidade de (i) vinculação de receitas em garantia pela Administração Pública; (ii) instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei; (iii) contratação de seguro-garantia de entidades não controladas pela Administração Pública; (iv) prestação de garantias por organismos internacionais ou instituições financeiras não controladas pela Administração Pública; (v) prestação de garantias por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade; bem como (vi) outros mecanismos admitidos em lei, tudo com vistas a assegurar a solidez financeira e atratividade da PPP.

A adoção da concessão patrocinada apresenta como vantagens, por exemplo, (i) a possibilidade de repartição objetiva de riscos entre o parceiro público e o privado; (ii) a existência de pagamento de contraprestação pecuniária pelo parceiro público, em adição às tarifas cobradas pelo privado diretamente dos usuários; bem como (iii) a previsão de mecanismos de garantia com relação à fiel execução do contrato, tanto por parte do concessionário como pela Administração Pública, permitindo-se a aplicação de recursos em áreas de atuação estatal pouco atrativas e que demandariam o aporte de vultosos recursos públicos.

## 4.2. Concessão Administrativa

A seu turno, a PPP na modalidade concessão administrativa, igualmente regida pela Lei Federal n.º 11.079/04, consiste no modelo em que a Administração Pública é a usuária



direta ou indireta do serviço público ou de utilidade pública delegada, ainda que o contrato envolva a execução de obra ou o fornecimento e a instalação de bens. É o que ocorre, por exemplo, em um contrato que tenha por objeto a construção/manutenção/gestão de presídios, posto que, neste caso, o usuário (Administração Pública) arca integralmente com a remuneração do concessionário.

A conceituação da concessão administrativa vem expressa no artigo 2.º, § 2.º, da Lei Federal n.º 11.079/04, que assim dispõe:

*“Art. 2.º. Parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.*

*(...)*

*§ 2.º. Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.*

*(...).”*

Em linhas gerais, a concessão administrativa distingue-se da concessão comum e da concessão patrocinada na medida em que não exige a prestação, em seu âmbito, de um serviço público, mas sim de um serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta.

Desta forma, a remuneração do privado será composta por uma contraprestação paga pelo parceiro público, sendo permitido eventual complemento por meio de receitas acessórias.

Assim como na concessão patrocinada, para a celebração de um contrato de concessão administrativa o seu objeto deverá ser licitado por meio de uma concorrência, a ser realizada nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 11.079/04, podendo-se adotar, como critério para a seleção do futuro concessionário, além daqueles previstos no artigo 15, incisos I a VII, da Lei Federal n.º 8.987/95, os seguintes: (i) menor valor da contraprestação a ser paga pela Administração Pública (artigo 12, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal n.º 11.079/04), ou (ii) combinação do critério da menor contraprestação pecuniária da Administração Pública com o critério de análise técnica (artigo 12, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal n.º 11.079/04).

Na contratação de concessão administrativa, diferentemente do que ocorre na concessão patrocinada, não há obrigatoriedade de prévia autorização legislativa nos casos em que

mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública.

Não obstante, conforme mencionado no tópico precedente, a concessão administrativa, tal qual ocorre na patrocinada, deve ser formalizada por prazo compatível com a amortização dos investimentos previstos, sendo o seu termo mínimo de vigência de 05 (cinco) anos e o seu prazo máximo não superior a 35 (trinta e cinco) anos (incluindo eventual prorrogação).

Também como na concessão patrocinada, faz-se necessário que a contratação apresente valor mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), vedando-se a formalização de PPP que tenha por objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e a instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Diante da necessidade de vultosos investimentos do parceiro privado para a execução da concessão administrativa, aliada à ausência de cobrança de tarifas dos usuários, verifica-se ainda de maior relevo a constituição de garantias pela Administração Pública, na forma do artigo 8.º, da Lei Federal n.º 11.079/04, já que, a grosso modo, o parceiro público arcará com a totalidade da contraprestação devida ao concessionário.

Além da repartição objetiva de riscos entre parceiros público e privado no âmbito de uma concessão administrativa, a adoção dessa modalidade traz como vantagem, também, a possibilidade de redução dos custos da Administração Pública com a aplicação de investimentos vultosos em infraestrutura e serviços de que esta seja usuária direta ou indireta, permitindo-se uma gestão mais eficiente, pelo concessionário, em áreas de atuação estatal pouco atrativas.

### 4.3. Execução pelo regime da Lei Federal n.º 8.666/93

Especificamente com relação à possibilidade de formalização, com base na Lei Federal n.º 8.666/93, de contratos envolvendo escopo similar ao do presente Projeto, existem algumas situações a serem ponderadas.

Primeiramente, importa destacar que, consoante previsto no inciso II do artigo da mencionada Lei Federal n.º 8.666/93, os contratos sob a sua égide têm duração de 01 (um) ano, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 05 (cinco) anos.



Em alguns casos específicos, admite-se que a contratação seja formalizada diretamente pelo prazo de 05 (cinco) anos, mormente por questões de interesse público.

Neste sentido, justamente em razão dos custos envolvidos em projetos que tenham como objetivo a implantação, ampliação, manutenção e operação dos postes multiusos, tal qual o presente, é pouco provável que, em 60 (sessenta) meses, o ente privado consiga amortizar os investimentos realizados no Projeto.

Ainda, considerando o volume de recursos envolvidos, a contraprestação a ser paga pela Administração Pública fica demasiadamente elevado e, ante a impossibilidade de outorga de garantia ao privado, o projeto torna-se inviável.

Prosseguindo, quando do encerramento do contrato realizado com base na Lei Federal n.º 8.666/93, a Administração Pública tem a opção (i) de assumir os serviços; (ii) de realizar nova licitação, para que outra empresa os execute; ou, então, (iii) de não mais dar continuidade às atividades.

A adoção de qualquer uma das alternativas resultará em custos para a Administração Pública, pois, na primeira situação, esta terá dispêndios para assumir os serviços; na segunda, gastará para proceder à nova licitação/contratação; e, na terceira, todos os recursos investidos ao longo do contrato terão sido “desperdiçados”.

Ademais, de se ressaltar que, no caso de nova contratação com base na Lei Federal n.º 8.666/93, a fim de que outro particular dê prosseguimento às atividades, decorridos os 05 (cinco) anos dessa nova contratação, a Administração Pública, mais uma vez, deparar-se-á com as situações supra narradas.

Além disso, nos contratos realizados com base na Lei Federal n.º 8.666/93, a Administração Pública é obrigada a desenvolver um projeto básico prévio, situação esta que impede que o privado faça um projeto próprio - o qual poderia absorver novas tecnologias e eficiências. Com isso, todos os riscos de projeto são assumidos pelo próprio ente licitante.

Especificamente com relação aos riscos, importante ressaltar que, na contratação tradicional, todos eles são suportados pelo ente público, não havendo possibilidade clara na legislação de se proceder ao respectivo compartilhamento.



Neste passo, justamente em razão (i) do termo de vigência reduzido; (ii) dos custos envolvidos; (iii) da impossibilidade de o ente público se apropriar das tecnologias e eficiências do setor privado; e, (iv) da impossibilidade de compartilhamento de riscos; a adoção de modelagem com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 se mostra inadequada para este tipo de Projeto.

#### **4.4. Concessão Comum**

A concessão comum, regida pela Lei Federal n.º 8.987/95 (e demais normas correlatas), consiste no contrato pelo qual a Administração Pública delega a uma pessoa jurídica de direito privado, ou, então, a um consórcio de empresas, a execução remunerada de serviços públicos, de forma que o eventual concessionário os explore por sua conta e risco, por prazo e condições contratualmente determinadas.

A concessão comum também tem como fundamento legal o artigo 175 da Constituição Federal, que atribui à Administração Pública, na forma da lei, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, a prestação de serviços públicos. O dispositivo constitucional deixa claro que a concessão comum corresponde à delegação da execução de serviço cuja incumbência original é da Administração Pública.

A lei prevê duas modalidades de concessão: a concessão de serviços públicos e a concessão de serviços públicos precedida da execução de obra pública. Na primeira modalidade de contratação são delegados apenas os serviços públicos relacionados a uma infraestrutura já existente. Na segunda modalidade, além da delegação dos serviços, atribui-se ao concessionário a obrigação de realização de investimentos, os quais devem ser amortizados mediante a exploração do serviço ou da obra por um prazo determinado.

A concessão de serviços públicos precedida da realização das obras necessárias à sua implementação encontra guarida no artigo 2.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.987/95, que assim determina:

*“Art. 2.º. Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:*

*(...)*

*III - concessão de serviço público precedida da execução de obra pública: a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de*



*quaisquer obras de interesse público, delegada pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da concessionária seja remunerado e amortizado mediante a exploração do serviço ou da obra por prazo determinado.*

(...).”

Assim, fica clara a possibilidade de contratação de empresas privadas para a prestação de serviços públicos, ainda que haja a necessidade de execução de obra para viabilizar referida prestação. A obra deve ser integralmente realizada pela(s) empresa(s) contratada(s), sendo-lhe(s) assegurada a exploração dos serviços inerentes, de tal forma que o privado possa arcar com os custos operacionais e, conseqüentemente, obter a amortização dos investimentos e a geração de resultado econômico com a exploração da concessão.

Um dos conceitos centrais da concessão instituída e regulamentada pela Lei Federal n.º 8.987/95 está justamente na expressão “serviços públicos”. Referido conceito não se encontra definido na lei, mas sim no bojo da interpretação da própria legislação.

Para tanto, vale citar a definição do jurista Celso Antonio Bandeira de Mello sobre o assunto:

*“Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça às vezes, sob um regime de Direito Público.”<sup>6</sup>*

Da definição acima, adotada também por outros doutrinadores, depreende-se que a noção de “serviço público” é composta por dois principais elementos, quais sejam, (i) prestação de utilidade ou comodidade fruível singularmente pelos administrados; e (ii) prestação em regime de Direito Público.

Em outras palavras, para que um serviço seja considerado “público”, é necessário que este (i) represente uma utilidade ou comodidade para o cidadão, (ii) seja definido por

<sup>6</sup> MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. SP: Malheiros Editores, 2009, p. 634.



meio de lei, e (iii) seja passível de individualização, situação esta que permite a cobrança de tarifas.

Para a celebração de um contrato de concessão comum, o seu objeto deverá ser licitado por meio de uma concorrência, a ser realizada nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 8.987/95, podendo-se adotar, como critério para a seleção do futuro concessionário, (i) o menor valor da tarifa do serviço público a ser prestado (artigo 15, inciso I, da Lei Federal n.º 8.987/95), ou (ii) o maior valor oferecido à Administração Pública em pagamento de ônus da outorga (artigo 15, inciso II, da Lei Federal n.º 8.987/95).

Ambas as modalidades poderão, mediante decisão do poder concedente, ser combinadas com o critério de análise técnica das propostas ofertadas pelos licitantes (artigo 15, incisos V e VI, da Lei Federal n.º 8.987/95). Pode-se adotar, ainda, o critério de análise técnica (exclusivamente) com a fixação do preço no edital (artigo 15, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.987/95), ou, então, o maior valor oferecido à Administração Pública, após a qualificação das propostas técnicas dos licitantes (artigo 15, inciso VII, da Lei Federal n.º 8.987/95).

A Lei Federal n.º 8.987/95 é silente quanto ao prazo máximo de duração das concessões comuns, importando destacar que os termos fixados no artigo 57, *caput* e inciso II, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93, não se aplicam a esta modalidade de contratação.

Isto porque o prazo fixado no artigo 57, *caput*, da Lei Federal n.º 8.666/93 – no sentido de que a duração máxima do contrato estará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários – não adere à lógica das concessões comuns, tendo em vista que a remuneração do concessionário é paga diretamente ou pelas tarifas arrecadas dos usuários, ou, no caso deste projeto, pelas empresas de telefonia interessadas em utilizar os espaços nas estruturas dos postes para ampliação de seu sistema de telefonia, as quais não estão vinculadas à existência de créditos orçamentários.

A seu turno, o prazo fixado no artigo 57, inciso II, da lei supramencionada – sessenta meses, no tocante à prestação de serviços de forma contínua – mostra-se igualmente inaplicável, na medida em que, na concessão, faz-se necessário prazo alongado para que o privado tenha os investimentos amortizados, especialmente quando se tratar de delegação de serviço público precedida da execução de obra pública.

Por consequência, devido à ausência de disposição legal específica em relação à delimitação do prazo máximo para a concessão comum, este deverá ser fixado por novo dispositivo legal, ou, então, pelo próprio edital da licitação (caso não haja norma anterior vigente).

Para viabilizar a modelagem econômico-financeira de uma concessão comum, faz-se necessária a adoção de uma tarifa ou, no caso deste projeto, de um valor de mercado a ser pago pelas empresas de telefonia interessadas em utilizar os espaços nas estruturas dos postes para ampliação de seu sistema de telefonia, que deve ser suficiente para garantir, ao longo do período contratual, remuneração satisfatória ao concessionário, evitando-se, assim, o comprometimento da atratividade do Projeto.

Como se vê, as principais características desse modelo de contratação administrativa são: (i) a adoção de tarifa (valor pago por empresas privadas) compatível com a amortização dos investimentos a serem executados pelo concessionário, e (ii) a prestação de serviço público pelo privado (assim caracterizado por meio de lei), por sua conta e risco, desde que garantidos parâmetros mínimos de qualidade na respectiva execução.

O modelo proposto tem como principal vantagem a ausência de qualquer contraprestação por parte da Administração Pública, ficando o concessionário responsável pela viabilização total do Projeto.

## **5. Modelagem Jurídica do Projeto**

### **5.1. Natureza dos serviços**

Conforme verificado anteriormente, os serviços de implantação de postes multiusos na cidade de Victor Graeff, caracterizam-se como serviço público.

O fato de os serviços em tela caracterizarem-se como serviço público, permite a adoção de todas as modalidades de contratação aqui descritas, quais sejam, concessão patrocinada, concessão administrativa, a execução direta e concessão comum.

Importante destacar, adicionalmente, que, para o escopo do Projeto sob análise, admite-se ao concessionário cobrar de empresas interessadas em utilizar os espaços nas estruturas

implantadas, para compor a sua remuneração, uma vez que a sua utilidade pode ser fruída no âmbito de um regime de direito público.

## 5.2. Escolha do melhor modelo contratual aplicável ao Projeto

Uma vez que, para o Projeto em tela, é permitida a adoção de todas as modalidades de contratação descritas acima, quais sejam, concessão patrocinada, concessão administrativa, execução direta (sob a égide da Lei Federal n.º 8.666/93) e concessão comum, cumpre-nos demonstrar qual modelo de contratação melhor se adequa ao Projeto.

Em razão das características da concessão comum destacadas no Tópico anterior, combinada a análise da natureza dos serviços, **entendemos que a concessão comum é o modelo que melhor se encaixa às necessidades do Projeto.**

Para chegar a tal conclusão, foi realizada uma análise comparativa demonstrando as vantagens e limites de cada modalidade de negócio para a implantação do Projeto a partir de uma concessão comum *vis a vis* à possibilidade de outros arranjos contratuais possíveis.

A escolha por uma ou outra forma de contratação é resultado da análise de uma série de informações relativas ao Projeto que se almeja implementar, além de estar diretamente atrelada ao ente que pretende realizar a contratação, como é o caso dos contratos de concessão comum que só podem ser celebrados para a delegação de um serviço público passível de cobrança de tarifa – como é o caso em tela.

Ademais, a definição do melhor modelo de contratação a ser proposto levou em consideração, também, a compreensão do resultado dos estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira.

O resultado destes estudos demonstrou que é viável amortizar os investimentos necessários e o custo operacional somente com a cobrança pela utilização dos espaços nos postes multiusos e com a eventual exploração de receitas acessórias.

Desta forma, o modelo contratual da concessão comum se mostra viável para o presente Projeto, uma vez que este tipo de contrato não admite a remuneração do concessionário com recursos públicos, sendo apenas possível a cobrança tarifária e a exploração de

receitas alternativas e acessórias. O modelo da concessão comum se mostra o mais vantajoso também para a Administração Pública Municipal que não necessita de dispêndios de recursos para a consecução do Projeto.

A outra alternativa seria a realização de um contrato de concessão patrocinada, com subsídio do Estado. Neste modelo, conforme mencionado, o concessionário poderia contar com recursos para seus investimentos, o que não se enquadra no caso em apreço, na medida em que não há necessidade de aporte de recursos públicos para garantir a viabilidade econômico financeira do Projeto.

Pelo mesmo motivo, a concessão administrativa mostra-se inadequada para a execução do Projeto, pois, repita-se, não há necessidade de aporte de recursos públicos para garantir a viabilidade econômico-financeira do Projeto, a qual é assegurada, exclusivamente, com a percepção de tarifa e receitas acessórias.

Por fim, em razão (i) do termo de vigência reduzido; (ii) dos custos envolvidos para execução do Projeto; (iii) da impossibilidade de o ente público se apropriar das tecnologias e eficiências do setor privado; e, (iv) da impossibilidade de compartilhamento de riscos; a adoção de modelagem com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 se mostra, igualmente, inadequada para este tipo de Projeto.

Assim, diante das razões acima elencadas, entendemos que a melhor forma de atender às demandas existentes seria por meio de realização de uma concessão comum que se constitui em uma grande oportunidade para melhorar a eficiência na operação de diversos processos e serviços correlatos.

Uma vez assentada a melhor adequação da concessão comum como modelo contratual aplicável para a execução do Projeto, cumpre-nos verificar a aptidão do Município de Victor Graeff – RS para, regularmente, conceder os serviços públicos de implantação de postes multiusos. É o que se passa a verificar.

## **6. Requisitos Legais para a Concessão**

Conforme já ressaltado nos tópicos precedentes, independentemente do critério adotado na concorrência, para a concessão de serviço público ou para a concessão de serviço



público precedido da execução de obra pública é necessária lei prévia autorizando a concessão e fixando seus termos.

A Lei Orgânica do Município de Victor Graeff – RS estabelece que a utilização do espaço público municipal, somente será efetivada com a autorização da Câmara Municipal.

É o que se depreende dos art. 7º e 8º a seguir transcritos:

*“Art. 7º. São bens municipais todas as coisas, móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.*

*§ 1º. A administração dos bens municipais é de competência do Prefeito, exceto os que são utilizados nos serviços da Câmara Municipal.*

*§ 2º. É vedada a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins e largos públicos.*

*§ 3º. A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia autorização da Câmara Municipal.*

*Art. 8º. O uso dos bens municipais, por terceiros, só poderá ser feito mediante concessão ou permissão, conforme o interesse público o exigir, com aprovação de 2/3 da Câmara Municipal em única votação.”*

Desta forma, considerando as disposições previstas na Lei Orgânica Municipal de Victor Graeff – RS, recomenda-se, para fins de evitar qualquer questionamento legal futuro, a aprovação pela Câmara Municipal de Lei prévia autorizando a utilização dos espaços públicos urbanos, mediante concessão, para implantação dos postes multiuso nas áreas públicas do Município.

#### **6.1. A existência de estudo de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica**

Os estudos ora apresentados no âmbito do presente Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI já comprovam a viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica da prestação dos serviços públicos de implantação dos postes multiusos no Município de Victor Graeff – RS, por meio da sua delegação, na modalidade de concessão comum.

De fato, restando demonstrado nos tópicos precedentes que há viabilidade técnica para a implantação do projeto e que os investimentos necessários para a universalização e



remuneração do capital investidos podem ser obtidos apenas com a locação dos espaços nos postes para as concessionárias de telefonia móvel e afins, bem como eventuais receitas acessórias, resta cumprido um dos requisitos de validade do contrato público.

## **6.2. Realização de licitação e assinatura de contrato de concessão**

Conforme previsto na Lei Federal n.º 8.987/95 (Lei Federal de Concessões de Serviços Públicos) e na Lei Orgânica Municipal, a concessão administrativa dos bens municipais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado.

Contudo, para a viabilizar a realização da licitação faz-se necessário a observância ao art. 5.º da Lei Federal n.º 8.987/95, o Poder Concedente deverá, previamente a licitação, publicar ato justificando a concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo<sup>7</sup>.

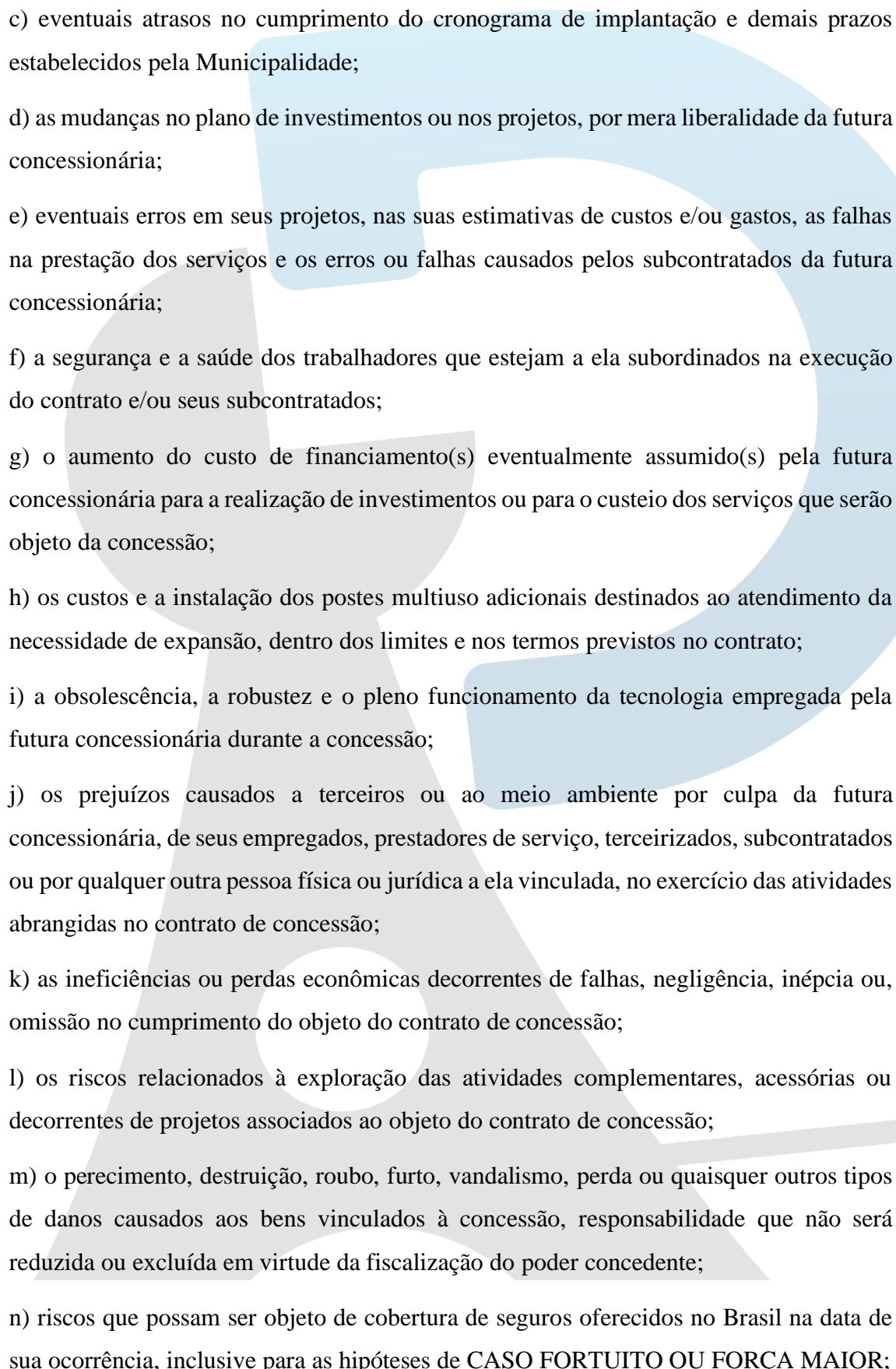
Em atenção a tais exigências, encaminha-se minutas de Edital, Contrato e Anexos consubstanciadas nos estudos técnicos, econômico-financeiro e jurídico, ora entregues, necessária a realização do processo licitatório, bem assim, encaminha-se minuta de ato de justificativa da concessão.

## **7. Matriz de Risco**

Pela própria natureza dos serviços, a futura Concessionária será integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados à futura concessão. Da análise realizada nesta fase de estudos, indentificam-se com riscos da futura concessionária aqueles relacionados a:

- a) a obtenção de licenças, permissões e autorizações relacionadas às atividades da futura concessão;
- b) a variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos, inclusive em razão de flutuação cambial;

<sup>7</sup> Art. 5º O poder concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão ou permissão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

- 
- c) eventuais atrasos no cumprimento do cronograma de implantação e demais prazos estabelecidos pela Municipalidade;
- d) as mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da futura concessionária;
- e) eventuais erros em seus projetos, nas suas estimativas de custos e/ou gastos, as falhas na prestação dos serviços e os erros ou falhas causados pelos subcontratados da futura concessionária;
- f) a segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na execução do contrato e/ou seus subcontratados;
- g) o aumento do custo de financiamento(s) eventualmente assumido(s) pela futura concessionária para a realização de investimentos ou para o custeio dos serviços que serão objeto da concessão;
- h) os custos e a instalação dos postes multiuso adicionais destinados ao atendimento da necessidade de expansão, dentro dos limites e nos termos previstos no contrato;
- i) a obsolescência, a robustez e o pleno funcionamento da tecnologia empregada pela futura concessionária durante a concessão;
- j) os prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da futura concessionária, de seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas no contrato de concessão;
- k) as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou, omissão no cumprimento do objeto do contrato de concessão;
- l) os riscos relacionados à exploração das atividades complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados ao objeto do contrato de concessão;
- m) o perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos bens vinculados à concessão, responsabilidade que não será reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do poder concedente;
- n) riscos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive para as hipóteses de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;



o) os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato de concessão e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito do contrato firmado pela futura concessionária.

Por outro lado, não poderão ser alocados como riscos da futura concessionária, nos termos do contrato de concessão:

- a) decisões judiciais ou administrativas que impactem, impeçam ou impossibilitem a prestação integral ou parcialmente os serviços objeto da concessão, ou que interrompam ou suspendam o pagamento da remuneração, de acordo com o estabelecido no futuro contrato, exceto nos casos em que a concessionária houver dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões;
- b) alterações na legislação ou regulamentação pertinente, inclusive quanto à criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos e exigências para a gestão e operação da concessão, que alterem a composição econômico-financeira da futura concessionária, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;
- c) atrasos ou inexecução das obrigações da futura concessionária, causados pela demora ou omissão do poder concedente ou de demais órgãos ou entidades da Administração Pública do Município de Victor Graeff – RS, incluindo, mas não se limitando à emissão de licenças e autorizações necessárias ao adequado desenvolvimento do objeto da concessão, quando cabíveis, e quando não observados os prazos legais pertinentes;
- d) descumprimento, pelo poder concedente, de suas futuras obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ele aplicáveis nos termos deste contrato e/ou na legislação vigente;
- e) atraso no cumprimento do cronograma de execução e demais prazos estabelecidos no contrato relacionados às obrigações assumidas pela futura concessionária, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão do poder concedente;
- f) imposição de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no contrato de concessão, pelo poder concedente, que provoquem impacto nos custos e encargos da futura concessionária;

- g) prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviço ou pela infraestrutura pública antes da data da ordem de início da concessão, hipótese em que, além do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- h) manifestações sociais e/ou públicas que comprometam a execução do objeto do contrato ou que acarretem danos aos bens vinculados à concessão, desde que as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, e desde que a concessionária não tenha dado causa ou contribuído para a ocorrência de tais eventos;
- i) imposição de obrigação à concessionária para a transposição da fiação aérea relativa ao objeto da concessão para rede subterrânea não contemplada neste contrato;
- j) investimentos, pagamentos, custos e despesas decorrentes de eventuais desapropriações e instituição de servidões administrativas determinadas pelo poder concedente, na forma da lei;
- k) ações originárias de serviços prestados anteriormente à data do início da concessão; e
- l) custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de eventual passivo ambiental relacionados à concessão, originados anteriormente à data de início da concessão.

## **8. Aspectos ambientais, regulatórios e fiscais**

A implantação dos postes multiusos é de responsabilidade da futura concessionária, e se dará exclusivamente em área pública urbana, ocorrendo somente após a emissão das licenças pelos órgãos competentes da Prefeitura de Victor Graeff.

Assim, tão logo seja assinado o contrato de concessão, a futura concessionária deverá obter as referidas licenças em tempo hábil para cumprir o cronograma de implantação estabelecido no Edital.

Todos os custos de estudos, programas e eventuais medidas de mitigação e compensação ambiental, quando aplicáveis, são de responsabilidade da futura concessionária. Exceção são as medidas de compensação ambiental de eventos anteriores ao início da concessão, que são de responsabilidade do poder concedente.

Os custos e implementação e das correspondentes mitigações referentes ao empreendimento, quando devidamente comprovado o nexo de causalidade com a sua implantação, são de responsabilidade da futura concessionária, que deverá dimensioná-los e equacioná-los adequadamente.

Relativamente aos aspectos regulatórios, é importante considerar que, pela própria natureza do projeto e seu regramento jurídico, será regido pelos seguintes regimes:

Art. 175 da Constituição Federal	Estabelece a possibilidade de delegação da prestação de serviços públicos.
Art. 6º, inciso I e X, e Art. 36, inciso I da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Victor Graeff – RS	Estabelece a competência privativa do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.
Art. 7º e Art. 8º da Lei Orgânica Municipal (LOM) de Victor Graeff – RS	Estabelece que os bens imóveis que pertencem ao Município somente poderão ser utilizados por terceiros mediante concessão ou permissão, efetivada com a autorização da Câmara Municipal.
Lei Federal n.º 8.987/95	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
Lei Federal n.º 9.074/95	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos.

Ademais, estará submetida às regras estabelecidas na lei que autorizar a concessão e seu correspondente regulamento, bem como às normas emanadas pelo Poder Concedente, especialmente aquelas de uso e ocupação do solo e código de posturas, quando tratarem de forma suplementar a instalação dos equipamentos objeto deste Projeto.

No que se refere aos aspectos fiscais, cumpre estabelecer que a futura concessionária será responsável pelo pagamento de todos os tributos incidentes sobre a exploração do objeto da futura concessão, podendo, não obstante, beneficiar-se de eventual programa de

incentivos, isenções e compensações estabelecidos pelas autoridades tributárias competentes.

## 9. Conclusão

Pela análise jurídica realizada no Município de Victor Graeff – RS, conclui-se pela plena viabilidade jurídica da concessão dos serviços públicos de implantação de postes multiuso, na modalidade concessão comum, sendo tal modelo o mais indicado para atendimento ao interesse público dos munícipes de Victor Graeff – RS, devendo ser observados os requisitos listados abaixo, que consolidam os já apontados no presente parecer:

- (i) Aprovação pela Câmara Municipal por meio de Lei da delegação dos serviços públicos de implantação de postes multiuso e designando a entidade de regulação e de fiscalização dos serviços concedidos;
- (ii) Publicação do ato de justificativa da concessão dos serviços públicos de implantação de postes multiuso no Município;
- (iii) Realização de licitação, na modalidade concorrência, precedida de publicação de ato justificando a conveniência da concessão através da fixação da minuta de Edital, Contrato e Anexos de licitação;

Em anexo ao presente estudo apresentamos a Minuta de Edital, Minuta de Lei Autorizativa da Concessão e Minuta do Contrato de Concessão e respectivos anexos dos serviços públicos de concessão de espaços públicos para implantação de postes multiusos no Município de Victor Graeff – RS, sendo que a divisão de riscos está devidamente contemplada na minuta do Contrato de Concessão.